



## **FAMÍLIA, REDES E ADMINISTRAÇÃO COLONIAL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO EPISTOLÁRIO DE D. JOSÉ TOMÁS DE MENESES**

Fabiano Vilaça dos Santos<sup>1</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[fabianovilaca@gmail.com](mailto:fabianovilaca@gmail.com)

### **O missivista**

Nascido em Vila Rica, no ano de 1782, filho de D. Rodrigo José Antônio de Meneses, então governador de Minas Gerais, e de D. Maria José Ferreira d'Eça e Bourbon, D. José Tomás de Meneses foi o sexto e último de uma prole dada à luz metade em Portugal e (quase) metade em terras americanas. A bordo da nau Gigante, que trouxe a família com destino a Minas, vieram o primogênito, D. Gregório, mais tarde estribeiro-mor da princesa Carlota Joaquina e sucessor de D. Rodrigo nos bens e no título de conde de Cavaleiros, e o secundogênito, D. Diogo, conde da Lousã pelo casamento com a herdeira desta Casa e, muitos anos depois, secretário de Estado da Fazenda e presidente do Erário Régio. Na travessia do Atlântico, desequilibrando a conta dos nascimentos, D. Maria José deu à luz D. Manuel, que ironicamente também morreu no mar. Capitão de mar e guerra da Armada Real, comandou a nau Martim de Freitas, da frota que conduziu a Família Real ao Brasil e rumou direto para o Rio de Janeiro, despencou ao descer de outra embarcação e se afogou nas águas da Baía de Guanabara, em janeiro de 1808 (SANTOS, 2013, p. 293-294). Em Minas Gerais, nasceram Eugênia e Isabel. A primeira, deserdada pelo pai por ter gerado uma filha espúria do príncipe D. João, nunca foi

---

<sup>1</sup> Professor Associado do DHIS/IFCH/UERJ. Bolsista do PROCIÊNCIA (UERJ/FAPERJ). Investigador colaborador do Centro de História da Universidade de Lisboa. Esta comunicação é resultado parcial de uma investigação em curso, por sua vez, inserida no projeto “Governo e governadores do Estado do Maranhão e Piauí e do Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1779-1820)”, apoiado pela FAPERJ por meio de um Auxílio à Pesquisa Básica (APQ1), concedido em 2021, e de uma bolsa PIBIC, outorgada a Laís Batista Viannay, graduanda em História na UERJ. Agradeço também a esta instituição pela concessão de uma bolsa PIBIC à graduanda Luiza Nascimento Ferreira Lopes para a execução do referido projeto.



mencionada na correspondência particular de D. José Tomás, ao contrário da “mana Isabel”, a quem escreveu pouco, embora pedisse notícias suas a outros familiares.

É justamente nesse epistolário que se baseiam as questões preliminares trazidas nesta comunicação. O “Copiador de Negócios Particulares” de D. José Tomás de Meneses – conhecido graças aos trabalhos de Laura de Mello e Souza sobre sua história familiar (1999, 175-199; 2006, 403-456; 2009, 149-162) – é composto de 60 itens, a maior parte cartas de amizade enviadas a parentes, amigos e aliados que compunham suas redes de sociabilidade. A menor parte abrange representações ao príncipe D. João, requerimentos, atestados de serviços, assim como cartas de ofício remetidas a autoridades no Rio de Janeiro, como os secretários de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Fernando José de Portugal (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. RESERVADOS. Cód. 8597). As cartas são cópias feitas por diferentes escribas, reunidas em um códice, precedidas de algumas ordens do dia do 1º Regimento de Cavalaria do Exército<sup>2</sup>, criado no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808 (BARROSO, 2019, p. 26-27), no qual D. José Tomás assumiu o posto de tenente-coronel e atuou na instrução da tropa (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO - AVULSOS. Cx. 252, doc. 17145). Pouco depois, foi nomeado para o governo da capitania de Goiás e logo em seguida remanejado para o do Estado do Maranhão e Piauí, que exerceu de 1809 a 1811.

### **O epistolário: objetivos, conceitos e metodologia de análise**

As cartas de amizade de D. José Tomás de Meneses se estendem de 1º de outubro de 1808 a 18 de novembro de 1815, pouco menos de um mês antes da elevação do Brasil a Reino Unido (NEVES; MACHADO, 1999; LIMA, 2019). Somadas às ordens do dia do 1º Regimento de Cavalaria da Corte, que vão de maio a setembro de 1808, essa documentação, cobre, portanto, os primeiros meses do então tenente-coronel da Cavalaria no Rio de Janeiro joanino, todo o seu período de governo no Maranhão (1809-1811) e

---

<sup>2</sup> Pela análise das ordens do dia do Regimento e por meio de investigação complementar em fontes e referências bibliográficas, concluiu-se que a parte inicial do título atribuído ao documento, “Ordens do dia de um Regimento de Cavalaria em Lisboa, 1808...”, apresenta um equívoco.



parte do tempo em que D. José Tomás viveu novamente na Corte, relegado ao ostracismo após ser destituído do cargo e substituído por uma junta governativa provisória.

Como qualquer outro epistolário, as cartas de D. José Tomás são representativas da produção de uma “escrita de si”, podendo ser usadas como fonte ou objeto de análise. Segundo Angela de Castro Gomes, ao incorporar essa tipologia documental ao seu campo de trabalho, os historiadores adotaram novos métodos, categorias de análise e foram levados ao “enfrentamento da questão da dimensão subjetiva dessa documentação”. Sendo assim, ao privilegiar esse tipo de registro histórico, importa menos para o especialista tentar captar o que de fato aconteceu do que o ponto de vista do autor da missiva (GOMES, 2004, p. 14-15). Para Andréa Crabbé Rocha,

a carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante. Compartilhado por todos os homens, quer sejam ou não escritores, corresponde a uma necessidade profunda do ser humano. *Communicare* não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda por em comum, comungar (ROCHA, 1965, p. 13).

E prosseguiu: “Substituta da presença corpórea, a correspondência será mais assídua em se tratando de pessoas que se ausentam e menos frequente nas que vivem sedentariamente” (ROCHA, 1965, p. 14).

Quanto à circularidade das cartas, de acordo com Ana Cristina Araújo, “o seu efeito mais comum prende-se com o movimento de ida e de volta da mensagem, movimento sem o qual não faria sentido falar em correspondência, usando o substantivo” (ARAÚJO, 2005, p. 121). Adriana Angelita da Conceição, em estudo das cartas de amizade e de ofício do 2º marquês do Lavradio, afirmou que “a sensação de fala e a sensação de escuta somente se fazem pertinentes se também considerarmos a circulação da missiva, pois a circularidade da escrita marca a sua constituição” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 74). Ao apreciarem a composição da *Corte na Aldeia*, obra de 1619, João Luís Lisboa e Tiago Miranda destacaram uma passagem em que um dos personagens definiu a “carta missiva” como “uma mensageira fiel que interpreta o nosso ânimo aos ausentes, em que lhes manifesta o que queremos que eles saibam de nossas cousas, ou das que a eles lhes revelam” (2011, p. 367).



O epistolário de D. José Tomás é composto de correspondências ativas contendo assuntos de governo, apesar de serem particulares e de amizade – como percebeu Adriana Angelita nas cartas do marquês do Lavradio – e elementos para a compreensão de tramas da política colonial, da repercussão dos problemas do governo e da atuação das redes de poder e de parentesco, que entremeavam relações interpessoais, familiares e a atuação de indivíduos à frente de órgãos da administração, muitas vezes invisíveis ou difíceis de identificar na correspondência oficial dos governadores. No campo de estudos da epistolografia, além do vice-rei marquês do Lavradio e de suas cartas produzidas na Bahia e no Rio de Janeiro, podem ser incluídos o governador-geral do Brasil Antônio Luís da Câmara Coutinho, que teve sua correspondência oficial analisada por Marília Nogueira dos Santos como forma de apreender um “modo de governar a América portuguesa” na virada do século XVII para o XVIII (2007, *passim*); Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o morgado de Mateus, cuja correspondência com a esposa, repleta de impressões sobre os meandros da política cortesã, foi coligida e examinada por Heloísa Bellotto (2007); ou ainda as cartas de D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, pelas quais Marcos Aurélio Pereira extraiu aspectos da trajetória pessoal e política do governador de Minas Gerais.

Portanto, as cartas de amizade de D. José Tomás de Meneses são tomadas, fundamentalmente, como fontes para um estudo de questões relativas à origem familiar, à formação, às experiências do personagem e à administração colonial e não como objeto de reflexões sobre a cultura escrita e a prática epistolar da Época Moderna ou uma “escrita de si” (KLINGER, 2006, p. 16-30) e suas possibilidades de expressão (SOUSA, 2018, p. 33-45), em que pese a importância do diálogo com essas perspectivas de abordagem.

### **Cartas para quem?**

Para uma análise quantitativa preliminar, as correspondências de D. José Tomás foram divididas em três grupos e relacionadas em ordem decrescente. O primeiro grupo, chamado de “papéis vários”, contém 12 itens documentais, distribuídos em atestados de serviços prestados por militares ao governador, representações diversas ao príncipe regente D. João, incluindo a oferta dos rendimentos de pensões para o esforço de guerra



contra os franceses, proposta de nomeação de um militar para acompanhar D. José Tomás a Goiás, para onde foi nomeado antes do Maranhão e, por fim, um requerimento a D. Fernando José de Portugal, titular da Secretaria dos Negócios do Reino, pedindo a aprovação das contas do governo.

#### Quadro 01 – Papéis Vários

Item documental	Quantidade
Atestado de serviços de militares	05
Representações a D. João	04
Relação de pensões eclesiásticas	01
Proposta de nomeação de militares	01
Requerimento de aprovação das contas do governo do Maranhão	01
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: BNP. Reservados. Cód. 8597

O segundo grupo e o menor de todos é composto de apenas quatro cartas de ofício; duas dirigidas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o fardamento dos governadores e capitães-generais e outra encaminhando a proposta – incluída no primeiro grupo – de oficiais militares que fariam parte da comitiva de D. José Tomás até Goiás, inicialmente até Goiás. Também há um ofício a Francisco Xavier Machado, militar de sua confiança e antigo protegido de seu pai, o conde de Cavaleiros, sobre os preparativos da viagem, agora para São Luís. Por fim, um ofício a D. Fernando José de Portugal que, na verdade, acompanhava o requerimento da aprovação das contas do governo do Maranhão.

#### Quadro 02 – Cartas de Ofício

Item Documental	Quantidade
D. Rodrigo de Sousa Coutinho	02
Francisco Xavier Machado	01
D. Fernando José de Portugal e Castro	01
<b>TOTAL</b>	<b>04</b>

Fonte: BNP. Reservados. Cód. 8597



O terceiro grupo é o mais numeroso e ao mesmo tempo o que traz mais elementos para a discussão das redes de poder e de parentesco do governador e capitão-general. Pesquisas complementares têm sido necessárias para identificar interlocutores que devido à proximidade de D. José Tomás receberam tratamento mais informal no título das missivas, a exemplo da “carta para o Freitas”, endereçada a José Joaquim da Silva Freitas, oficial maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, o daquela enviada ao monsenhor Sequeira, agradecendo as notícias de parentes da movimentação dos franceses em Portugal.

Em termos quantitativos, no entanto, interessa destacar que o maior volume de correspondências está concentrado, em ordem decrescente, no irmão secundogênito, ora referido pelo título de conde da Lousã ou mais intimamente como “mano Diogo”; no cunhado D. João de Almeida de Melo e Castro (sempre tratado formalmente pelo título de conde das Galveias); e no irmão primogênito, chamado conde de Cavaleiros ou simplesmente D. Gregório.

Analisando qualitativamente as cartas de amizade, os resultados preliminares apontam para uma troca constante de informações sobre os familiares no Rio de Janeiro, onde estava a Corte, em Portugal durante a ocupação francesa, havendo espaço para a exposição de assuntos íntimos do governador e para a narrativa das agruras da administração colonial. Nesse sentido, as cartas de amizade de D. José Tomás cumpriam o papel de aproximá-lo dos parentes, amigos e aliados e ao mesmo tempo contemplavam questões do cotidiano da política e da governação, como expôs Adriana Angelita da Conceição sobre essa tipologia epistolar. Por outro lado, algumas cartas que versavam sobre os problemas de Portugal ocupado ou do governo do Estado do Maranhão deram ensejo às idiossincrasias do missivista, que se referia às guerras e à expansão napoleônicas como manifestações do “Napoleonismo”, cujas práticas usurpadoras eram comparadas ao “Burlamaquismo”, uma referência a Carlos César Burlamaqui, governador da capitania subalterna do Piauí, acusado por D. José Tomás de dilapidar a Fazenda da capitania e destituído do seu posto, razão pela qual o governador do Maranhão acabou sendo ele próprio suspenso.



(...) Não sei por que fatalidade todos os que falam a Burlamaque [sic], apesar de terem vistos os seus escritos, seguem o crime de Burlamaquismo – e está em idênticas circunstâncias neste te ponto a Napoleão – Olha que isto tudo é fundado sobre documentos autográficos dirigidos por eles a mim, e a Secretaria dos Negócios do Brasil, todos se acham em meu poder. Vejo-me meu querido Irmão na triste situação, ou consentir a Burlamaque [sic] o consumir inteiramente a Fazenda Real (e deixar ao Juízo dos outros se terei parte) ou lançar mão dele pela indolência com que aí se olha para Negócios desta Natureza. (BNP. Reservados. Cód. 8597, fl. 57v)

### Repercussões

O trecho da carta de D. José Tomás de Meneses exemplifica uma perspectiva de análise apontada por Teresa Malatian, ao propiciar a constatação de que a família pode constituir um “refúgio contra agressões do exterior e ser mobilizada como instrumento de identificação por laços de sangue, alianças, amizade e agregação (inclusive de domésticos) em constelações complexas e mutáveis” (MALATIAN, 2009, p. 208). O conde das Galveias encontrava-se em um momento favorável de sua trajetória no Real Serviço. Tinha uma sólida carreira diplomática e como titular da pasta da Marinha e Ultramar, assumida em 1809, divergia de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, então na Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, quantos aos rumos da política externa de Portugal. Galveias defendia a restrição da influência do comércio inglês em Portugal, durante as negociações dos tratados de 1810 com a Inglaterra, ao passo que o conde de Linhares era partidário de uma aproximação maior com a Inglaterra. Com a morte de D. Rodrigo, em 1812, seu substituto não foi outro senão o conde das Galveias (SCHEDEL, 2016, p. 37-42; p. 193-222). D. José Tomás, que demonstrou em algumas cartas uma mal disfarçada antipatia pelo conde de Linhares, aproveitava-se, portanto, da fase auspiciosa vivida pelo cunhado para detratar Burlamaqui e, à contragolpe, livrar-se de qualquer traço de culpa relacionada à queixas do governador a D. Rodrigo.

O governador do Piauí acabou deposto, preso e teve seus bens confiscados por ordem de D. José Tomás de Meneses, quatro meses depois de ser apontado como cabeça de um esquema de dilapidação da Fazenda Real no Piauí, o “Burlamaquismo”, envolvendo outros agentes, como o ouvidor da capitania. O momento era particularmente



delicado para Burlamaqui. Além dos problemas enfrentados no governo, perdera o patrocínio de João Rodrigues de Sá e Melo, seu protetor e padrinhos dos seus filhos. Falecido em dezembro de 1809 quando era secretário da Marinha e Ultramar, o conde de Anadia foi sucedido justamente pelo conde das Galveias (SCHEDEL, 2016, p. 190-191; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Cód. 0002, fl. 69v).

Os acontecimentos no Maranhão repercutiam na Corte e na imprensa. Entre 1810 e 1811, o *Correio Braziliense*, publicado em Londres por Hipólito da Costa, estampou na seção “Miscelânea”, em que o redator expunha “suas ideias liberais em oposição às práticas do Antigo Regime, ainda vigentes no mundo luso-brasileiro” (NEVES, 2008, p. 102-105), o que seriam manifestações de despotismo de D. José Tomás. Na primeira publicação, de 1810, foi comparado ao seu antecessor, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara: “O sucessor do Câmara, e atual governador do Maranhão, é um chamado D. José Tomás de Meneses, cuja administração tem feito chamar boa à do furioso Câmara; e enfim os fatos deste provam não já o desejo de oprimir os povos pela utilidade individual que daí lhe provenha; mas uma efusão do espírito de “despotismo”, que olha para os súditos como entes de uma ordem inferior, e sendo de origem nobre, posto que pobre e esfarrapado, assenta que até calcando aos pés os que tem por inferiores, lhes faz uma honra que lhe devem agradecer” (CORREIO BRAZILIENSE, 1810, vol. V, p. 455).

No ano seguinte, por duas vezes D. José Tomás despontou nas páginas da “Miscelânea” do *Correio Braziliense*. Em uma delas, Hipólito da Costa transcreveu a ordem régia de 24 de novembro de 1810 que destituiu D. José Tomás e determinou a sua partida para o Rio de Janeiro, tão logo entregasse o governo a uma junta provisória. O documento anulava, ainda, a nomeação para os Açores, que D. José Tomás comemorou em algumas cartas, jactando-se de ter conseguido que seu primo, D. Miguel Antônio de Melo, deixasse aquele governo para rendê-lo no Maranhão. Nessa ocasião, Hipólito da Costa, aproveitando-se dos ventos liberais que sopravam na Europa, falou de uma mudança do “sistema de governo”, aludindo indiretamente ao sistema representativo em lugar do absolutismo monárquico português, personificado na figura “despótica” do governador do Maranhão (CORREIO BRAZILIENSE, 1811, Vol. VI, p. 706-707). A outra edição de 1811 trazia os documentos sobre a revogação das ordens de D. José Tomás para a destituição de Carlos Cesar Burlamaqui, a nomeação de um governador



interino para o Piauí e de outros oficiais régios no Maranhão (CORREIO BRAZILIENSE, 1811, Vol. VI, p. 543-545). O Estado do Maranhão e Piauí foi extinto entre setembro e outubro de 1811, tornando o Piauí uma capitania totalmente independente de qualquer subordinação ao Maranhão. No mesmo ano, Carlos César Burlamaqui foi reconduzido ao posto e teve seus bens restituídos (FRANCO, 1983, p. 43).

D. José Tomás de Meneses, por sua vez, procurou se defender das “acusações” e “insultos” publicados no *Correio Braziliense*, em cartas dirigidas ao conde das Galveias e ao prior de São Julião, José Filipe de Sousa Pinto. Mas, ao que parece, não se limitou à tarefa de missivista, buscando o desagravo nas páginas *d’O Investigador Portuguez*, também editado em Londres sob os auspícios do governo joanino, para fazer frente ao *Correio Braziliense*. Em abril de 1812, *O Investigador Portuguez* publicou na seção “Correspondência”, destinada ao indicado no título e ao registro de fatos políticos, uma carta de certo João Paulo das Chagas – de quem se desconhece a relação com D. José Tomás – enaltecendo a figura e justificando os atos daquele que “enquanto governou esta capitania foi o Pai dos Pobres: a todos fazia justiça com imparcialidade; limpo de mãos; tratava, sem exceção, com afabilidade todas as pessoas, e não houve pessoa, interesse, respeito, ou outra alguma coisa que o pudesse corromper; e somente perseguia aqueles, que atropelavam a justiça, e os pobres, e os que desfalcavam os interesses da Fazenda Real” (O INVESTIGADOR PORTUGUEZ, 1812, Vol. III, p. 261-264). Uma tentativa de reabilitação que não surtiu efeito, assim como as instâncias movidas por D. José Tomás junto a seus interlocutores.

Permaneceu recluso em casa, na Corte, aguardando o despacho final de seus serviços. Como o “Burlamaquismo” não teve o impacto pretendido por quem, na verdade, foi o seu criador, restou a D. José Tomás de Meneses a vergonha de não ser admitido ao Paço para dar o beija-mão ao príncipe regente, um sinal de descrédito para qualquer administrador colonial, evitando ser visto em público, como confessou ao “mano Diogo” (BNP. RESERVADOS, Cód. 8597, fls. 89-90). Até a última carta, datada de 1815, expressou a angústia de quem aguardava ansiosamente a aprovação das contas do governo para receber uma nova comissão, alguma recompensa e reabilitar seu nome (BNP. RESERVADOS, Cód. 8597, fls. 113-115).



O “Burlamaquismo” esteve na raiz das dificuldades enfrentadas por D. José Tomás para ter as contas do governo aprovadas e, assim, poder dar o beija-mão ao príncipe regente quando voltou a Corte. Os desentendimentos com o governador do Piauí e suas consequências para a trajetória de D. José Tomás, por sua vez, remetem para as suas redes de poder e de parentesco. Michel Bertrand (1999; 2011) chamou atenção para o fato de que a existência de uma teia de relações com potencial para agir em favor de seus membros não é garantia de que ela será mobilizada. Compreender, pois, a razão ou as razões pelas quais os condes da Lousã e das Galveias não socorreram o irmão e cunhado angustiados e envergonhados pelo sinal público do seu descrédito, são apenas algumas dos muitos problemas suscitados pelo epistolário de D. José Tomás de Meneses.

### Quadro 03 – Cartas de Amizade

Item Documental	Quantidade
Conde da Lousã (irmão)	09
Conde das Galveias (cunhado)	08
Conde de Cavaleiros (irmão)	07
Conde dos Arcos (primo)	04
Condessa de Cavaleiros (cunhada)	03
D. Miguel Antônio de Melo (primo)	03
Condessa das Galveias – D. Isabel (irmã)	01
D. Fernando Antônio de Noronha (tio)	01
Francisco Antônio Giraldes (?)	01
D. José Maria Lobo (provedor da Casa da Índia)	01
João Severiano Maciel da Costa (intendente de Caiena)	01
Monsenhor Sequeira (?)	01
José Tomás Boccacciari (?)	01
José Filipe de Sousa Pinto (prior de São Julião)	01
Rodrigo José Ferreira Lobo (?)	01
Freitas	01
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

Fonte: BNP. Reservados. Cód. 8597



## Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ana Cristina. A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita. In: SOBRAL NETO, Margarida (coord.). *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, p. 119-145.

BARROSO, Gustavo. [1935] *História militar do Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Nem o tempo nem a distância. Correspondência entre o 4º morgadio de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-1798)*. Lisboa: Aletheia, 2007.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociologia*, 61(2): 107-135, 1999.

BERTRAND, Michel; GUZZI-HEEB, Sandro; LEMERCIER, Claire. Introducción: ¿en qué punto se encuentra el análisis de redes en História? *Redes - Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, vol. 21, p. 1-11, dez. 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. [1990] Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*, 8ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 183-191.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Entre o ofício e a amizade: o discurso epistolar do vice-rei 2º Marquês do Lavradio no século XVIII. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, vol. 16, n. 25, 2º sem. 2015, p. 142-167.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio – sentir, escrever e governar (1768-1779)*. São Paulo: Alameda, 2013.

FRANCO, José Patrício. *Capítulos da história do Piauí*. Teresina: s/ed., 1983.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.



LIMA, Oliveira. [1908] *Dom João VI no Brasil (1808-1821)*. Brasília: FUNAG, 2019, 2 vols.

LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A cultura escrita nos espaços privados. In: MATTOSO, José (dir.). *História da vida privada em Portugal – A Idade Moderna* (coord. Nuno Gonçalo Monteiro). Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 334-394.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195-221.

NEVES, Lúcia Bastos P. das. Correio Braziliense. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 102-105.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. *Vivendo entre cafres: a trajetória do Conde de Assumar e o império ultramarino português*. Curitiba: Prismas, 2016.

ROCHA, André Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1965.

SANTOS, José Gonçalves dos [Padre Perereca]. [1825] *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2013.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o império: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2007.

SCHEDDEL, Madalena. *Em defesa do império ameaçado: a ação política e diplomática de D. João de Almeida de Melo e Castro, 5º conde das Galveias (1792-1814)*. Cascais: Tribuna da História, 2016.

SOUSA, Ana Cristina Meneses de. *Escrita de si, intelectualidade e distinção em A. Tito Filho*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

SOUZA, Laura de Mello e. Mulheres dos governadores: alguns encômios na segunda metade do século XVIII. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 149-162.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.



SOUZA, Laura de Mello e. Um servidor e dois impérios: Dom José Tomás de Meneses.”  
In: \_\_\_\_\_. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 403-456.